



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **10 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 4 de dezembro de 2011

A CRITICA Empresários do PIM reagem às ameaças do governador Omar Aziz 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Tapar o sol com peneira? 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Empresários do AM em 'compasso de espera' pelos efeitos da crise 3 VEICULAÇÃO LOCAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Lupi deixa o Trabalho, e governo perde 7º ministro 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Crise faz salário no Brasil superar o de países ricos 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Trabalho não tem estrutura de controle dos convênios com ONGs 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO ONLINE Haddad fica no ministério até janeiro 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO ONLINE Com IPI menor, Dilma olha para 2012 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM Empresários e governo em compasso de espera pelos efeitos da crise 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
MÍDIA MAX NEWS Dilma orienta Fernando Pimentel a explicar consultorias 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Empresários do <u>PIM</u> reagem às ameaças do governador Omar Aziz		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O empresariado local reagiu à ameaça feita nessa sexta-feira (2) pelo governador Omar Aziz (PSD), dizendo que o governo deveria estar mais atento à entrada de produtos chineses no Brasil, em especial no Polo Industrial de Manaus, do que criar mecanismos para cobrar do setor produtivo investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.

Até porque, entre os empresários, o aumento na arrecadação para esse fim esbarrará fatalmente na falta de capacidade intelectual para o fomento de novos negócios no Estado. Antontem, durante a abertura do Fórum Nacional do Conselho Nacional de Secretários Para Assuntos de Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que encerrou nessa sexta-feira.

Aziz disse que "é necessário que as empresas, que estão ganhando dinheiro aqui, destinem investimentos para a realidade local". Ele não detalhou como funcionaria o novo mecanismo. interpretação "Acho que quando o governador propõe investir em pesquisa se refere a novas matrizes econômicas.

Mas não se pode pensar nisso antes de resolvermos o problema da entrada do mercado chinês no país e,

principalmente, no PIM. Temos ainda uma deficiência em capacidade intelectual que justifique novas pesquisas e geração de negócios", explicou o presidente Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

Segundo ele, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), por exemplo, prova sua afirmação, pois desde que foi criado não traduziu em produto regional nenhuma de suas pesquisas. "Criar mais uma taxa diante deste cenário que o PIM atravessa é para acabar com tudo", afirmou.

Para Périco é preciso estudos antes de formalizar a ideia, pois ter recurso sem ter onde investir ou sem linha de desenvolvimento é 'como dar um tiro no pé'. "Qualquer custo ao empresário, embora, neste caso seja investimento, é um fardo", avaliou o diretor da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Flávio Dutra.

Porém, segundo ele, é preciso esperar que o governador anuncie como o mecanismo será realizado e praticado. Ele acrescentou também que o Amazonas necessita investir na transformação de suas matérias-primas regionais para fomentar a economia local e assim passará a ser o fornecedor e gerenciador do processo.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Tapar o sol com peneira?		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Lisboa – A **Zona Franca** está em vias de sofrer outro golpe bastante rude. Basta que a Câmara confirme, em segundo turno, a aprovação da chamada PEC da “Música”, de autoria do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), e depois o Senado ratifique a decisão. A indústria fonográfica estará isenta de imposto para se instalar em qualquer ponto do território nacional, privilégio que, até o momento, tem sido exclusivo do Polo Industrial de **Manaus**. Em igualdade de condições, perderemos a competição para o Centro-Sul, muito mais certamente para São Paulo que para o estado do proponente da matéria, o Rio de Janeiro.

Dá para dizer que o deputado em questão é “inimigo” do **Amazonas**? Em sua consciência, não! Afinal, representando o Rio de Janeiro, procura cuidar dos interesses de sua terra, assim como é dever dos amazonenses barrar o avanço dessa proposta. Claro como água.

A bem da verdade, registre-se que Otávio só logrou êxito até agora, porque teve o apoio da base governista e, portanto, o sinal verde do Palácio do Planalto que, mais uma vez, optou pelo Centro-Sul, contrariando os interesses do **Amazonas**. Claro como a luz solar.

Onde Otávio Leite recolheria votos suficientes para aprovar sua PEC, sem a cumplicidade do governo? Sabendo-se que a diferença numérica que separa a força congressual governista das oposições é abissal?

Desejo todos os êxitos à nossa bancada de deputados e de senadores, que haverá de se distanciar de fantasias e contorcionismos de raciocínio. De golpe em golpe, o modelo que sustenta o **Amazonas** vai vendo o seu futuro comprometido e cinzento.

Certa vez, encontrei Paula Lavigne e duas dezenas de artistas bastante conhecidos. Ela me pediu para conversarmos e, imediatamente, levei-os à liderança do PSDB no Senado.

Depois de algumas trocas de gentilezas, ela foi direta, queixando-se da Videolar: “a indústria fonográfica brasileira irá à falência, se os incentivos permanecerem só no **Amazonas**. E haverá muito desemprego”. Respondi-lhe: “se os incentivos forem equiparados, haverá desemprego no **Amazonas**. Lealmente, afirmo a vocês que enquanto eu for senador, essa PEC, passando na Câmara, morrerá no Senado. Lamento, mas tocaram na porta errada”.

Num gesto mimado, ela saiu batendo os tamancos, sem ser seguida por seus colegas, que conversaram comigo por mais uma meia hora. Expliquei-lhes que, representando o **Amazonas**, seria até esquisito patrocinar o que Paula me solicitara. Disse-lhes que entendia perfeitamente o deputado Leite, mas que também já havia dito a ele que, pelo Senado, sua PEC não passaria. Percebi compreensão por parte dos interlocutores.

Tudo de que o **Amazonas** não precisa, em hora tão delicada, é de guerra de versões e inverdades. A **Zona Franca** está perdendo densidade, sim, e somente um esforço gigantesco e uno das pessoas públicas responsáveis poderá alterar o rumo das coisas.

O **Amazonas** e seu povo merecem respeito e não podem ser palco de atores do “salve-se quem puder”.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Empresários do AM em ‘compasso de espera’ pelos efeitos da crise		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Na semana passada, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu as estimativas para a economia global.

Manaus - Queda do consumo de bens duráveis e a redução da compra de insumos com o conseqüente desemprego são os principais problemas que ameaçam o Polo Industrial de **Manaus (PIM)** se a crise da Zona do Euro provocar uma retração na economia mundial. A avaliação é de economistas, do governo e das lideranças empresariais, em meio ao rebaixamento das notas de risco dos títulos dos países e de projeções do menor crescimento global.

Na semana passada, a Organização para a Cooperação e o **Desenvolvimento** Econômico (OCDE) reduziu as estimativas para a economia global. O organismo prevê que o crescimento será de 3,8% este ano e 3,4% em 2012, contra projeções anteriores de 4,2% e 4,6%, respectivamente.

Para o secretário de Estado de Fazenda, Ispere Abraham, se a crise se espalhar, o governo poderá aplicar medidas semelhantes às adotadas no final de 2008, como a redução da carga tributária e o incentivo ao consumo. Naquele período, o governo do Estado reduziu as alíquotas do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) para vários segmentos da indústria e suspendeu a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de motocicletas. Já o **Governo Federal** baixou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições sociais.

“Nosso Distrito não produz bens de primeira necessidade, as pessoas deixam de comprar uma televisão de alta definição quando têm que se preocupar se o emprego será mantido e com o pagamento de outras contas”, explicou Abraham.

Fragilidade

Para o professor de Administração Sandro Breval, o País tem conseguido manter o crescimento, mas a crise da Zona do Euro pode fragilizar uma região, que corresponde a 45% das compras globais e provocar um “ciclo negativo” na economia mundial.

Breval explica ainda, que a China precisa da Europa para consumir seus produtos. Se o a crise se agravar vai afetar a economia chinesa, um **importante mercado** consumidor dos grãos e de minérios **exportados** pelo Brasil.

O professor observa que a redução dos tributos cobrados pelo Estado poderá ocasionar uma redução das receitas. “O desequilíbrio das contas públicas adicionada a uma possível necessidade de uso de instrumentos tributários e fiscais para atenuar os efeitos da crise, certamente causaria um impacto negativo nos investimentos (despesas de capital) e aprofundaria, ainda mais a falta de infraestrutura”, analisa.

Com o consumo interno elevado, a crise na Zona do Euro não deverá afetar imediatamente as empresas locais, com a manutenção do elevado ritmo de **produção** e do nível do emprego. A avaliação é do presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco.

Para o diretor da Federação do **Comércio**, Bens, Serviços e Turismo do **Amazonas** (**Fecomércio/AM**), Anderson Frota, o varejo têm apresentado recuperação com a proximidade do fim do ano e o recebimento do 13º salário. “Houve uma queda de mais ou menos de 4% das vendas nos meses de junho, julho e agosto, mas o consumidor está demonstrando que quer voltar a consumir. Esperamos que esse final de ano as vendas superem em 6,5%”, observou.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Lupi deixa o Trabalho, e governo perde 7º ministro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após aviso de que sua posição era insustentável, pedetista pediu para sair

Na nota em que anunciou sua demissão, Carlos Lupi afirmou ter sido "vítima de perseguição política e pessoal da mídia"

natuza nery

CATIA SEABRA

DE BRASÍLIA

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, 54, pediu ontem demissão do cargo após suspeitas de irregularidades tornarem insustentável sua permanência na pasta.

Ele deixou o governo dizendo-se "vítima" de uma perseguição da mídia.

Presidente licenciado do PDT, Lupi é o sétimo ministro de Dilma Rousseff a deixar o governo, o sexto por suspeita de irregularidades.

A queda ocorreu três dias depois de reportagem da Folha mostrar que antes de assumir o **Ministério** ele acumulou dois empregos públicos por quase cinco anos, um no Rio e outro em Brasília, o que é vedado pela Constituição.

A revelação foi vista pelo núcleo do governo como o "tiro" que faltava para encerrar a era Lupi na Esplanada. Ele ocupava a vaga desde 2007.

O pedetista encontrou-se ontem com Dilma no Palácio da Alvorada para formalizar seu desembarque. Completamente abandonado pelo PDT, não lhe restou outra opção. Seu próprio partido já o havia informado que, se não entregasse o cargo, a sigla o faria à sua revelia.

Em curta nota, a Secretaria de Imprensa da Presidência disse que Dilma agradecia a colaboração e manifestava a certeza de que Lupi continuaria "dando sua contribuição ao país".

Antes da reportagem da Folha, a presidente esperava exonerá-lo do cargo apenas na reforma ministerial prevista para janeiro. Era uma forma de não perder mais um auxiliar por suspeitas de irregularidade, e sim na tradicional mudança na equipe.

Na semana passada, o Comissão de Ética da Presidência recomendou sua demissão, aumentando a pressão para que ele deixasse o primeiro escalão.

Na ocasião, o Palácio julgou que o órgão estava se sobrepondo à presidente, gerando constrangimento.

A manifestação da comissão também foi citada por Lupi entre as razões da saída.

A demissão não deve precipitar a reforma ministerial. Para não antecipá-la, o Palácio anunciou que manterá interinamente no cargo Paulo Roberto dos Santos Pinto, secretário-executivo da pasta.

Não se descarta a possibilidade de o PDT perder o **Ministério** no início do ano que vem. Setores da sigla até admitem essa possibilidade desde que o **Ministério** não vá parar nas mãos do PT. Por trás há uma antiga briga entre as centrais sindicais CUT, ligada aos petistas, e Força, reduto trabalhista.

Dilma ainda não definiu a abrangência da reforma e não tem falado nela nos bastidores. Com sete demissões, assessores calculam que resta muito pouco o que mexer.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Crise faz salário no <u>Brasil</u> superar o de países ricos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pesquisa mostra que remuneração é até 85% maior em empresas brasileiras

A crise na Europa e nos Estados Unidos, combinada ao crescimento do Brasil, está fazendo trabalhadores brasileiros ganharem até 85% mais que seus colegas estrangeiros, revela pesquisa da consultoria Michael Page feita em grandes empresas de todos os setores em cinco países. É o caso de engenheiros elétricos seniores que ganham no mínimo R\$ 14.900 no Brasil, e a partir de R\$ 8.037 da Espanha. Já um consultor jurídico brasileiro ganha 24,4% mais que os mesmos profissionais na Itália (até R\$ 15 mil no Brasil contra R\$ 12.055). A menor remuneração de um diretor comercial no Brasil é de R\$ 28 mil, já no Reino Unido fica em R\$ 24.674 (menos 11,9%). No Rio, o bom momento está trazendo os cariocas de volta para a casa, um "repatriamento" que já cresceu 30%.

Crise lá, salário gordo cá

Bom desempenho do Brasil e situação ruim em nações ricas fazem remuneração no país ser até 85% maior, mostra pesquisa

Henrique Gomes Batista

A força da economia brasileira e a crise que vem abatendo os países ricos está fazendo acontecer o que há alguns anos era inimaginável no país: os salários de trabalhadores em várias carreiras - de executivos e gerentes a engenheiros, consultores jurídicos e profissionais da tecnologia da informação - estão mais altos do que em nações da Europa e nos Estados Unidos. O rendimento mensal chega a ser 85% maior, mesmo convertendo esses valores para reais, considerando a cotação de euro, dólar e libra esterlina. Um engenheiro elétrico sênior, por exemplo, que ganha no mínimo R\$14.900 no Brasil em grandes empresas, recebe R\$8.037 na Espanha, uma diferença de 85,4%, aponta pesquisa feita pela consultoria Michael Page, a pedido do GLOBO.

O levantamento - que levou em conta profissionais seniores, grandes empresas e somente o salário fixo, sem bônus ou participação nos resultados - mostrou também que um gerente comercial no Brasil chega a ganhar 79,1% a mais

que nos Estados Unidos (R\$18 mil de salário mínimo no Brasil contra R\$10.048 nos EUA). Um consultor jurídico no Brasil ganha 24,4% a mais que na Itália (salário máximo de R\$15 mil no Brasil contra R\$12.055) e, um diretor comercial no Brasil ganha no mínimo R\$28.000, 13,4% a mais que o mínimo encontrado no Reino Unido (R\$24.674). Para Ricardo Guedes, da Michael Page, além de economia brasileira aquecida e desenvolvidos em crise, real forte e mão de obra em falta no Brasil ajudam.

- E esse fenômeno tende a continuar e talvez alcançar cada vez mais profissões. A falta de mão de obra é muito grande e, em diversos casos, é impossível encontrar um estrangeiro para o lugar, não apenas por causa da legislação restritiva do Brasil, mas porque algumas destas profissões exigem um alto domínio do português e da cultura nacional, como diretor comercial e consultor jurídico - afirma.

Fenômeno chega a cargos técnicos

A própria Michael Page - uma das maiores em recrutamento no mundo - vive um caso assim. João Nunes, português de 30 anos, está no Brasil há três meses. Aqui ganha até 30% mais que na Europa, sem contar o que pode receber a mais de renda variável, dependendo dos lucros da operação - bem mais favoráveis que no velho continente. Mesmo assim, ele lembra que nem tudo são flores:

- Realmente o salário é maior, pode chegar a uma diferença de 50% em alguns casos, mas o custo de vida aqui é muito mais alto. Moro em São Paulo, onde os aluguéis são o dobro do registrado em Portugal. Alimentação, tudo é mais caro. Então nossa capacidade de poupança é menor.

Nelson Prochet, diretor de recursos humanos da francesa Technip, conta que esse fenômeno está se generalizando, extrapolando os cargos de chefia e chegando a profissões técnicas e administrativas.

- É um fenômeno brasileiro. Em outros países em desenvolvimento isso não ocorre. A negociação na China é diferente e a Índia tem uma capacidade espantosa de formar rapidamente mão de obra qualificada - disse.

Agostinho Guerreiro, presidente do Crea-RJ, diz que os altos salários chegam a todas as profissões técnicas.

- Embora o nosso piso seja de nove salários mínimos para engenheiro recém-formado, que será algo próximo a R\$5.600 em janeiro, não é difícil ver iniciantes ganhando até R\$8 mil - disse, mostrando que o salário inicial está próximo ao de engenheiros seniores da Espanha.

Ele afirmou, contudo, que ainda há muitas diferenças salariais no Brasil, em setores como o energético, que tem forte influência estatal e rendimentos baixos aos profissionais.

Adalberto Cardoso, professor do IUPERJ, frisa que a crise dos países desenvolvidos está reduzindo seus salários reais, além de elevar o desemprego nestas nações. Este aspecto conjuntural só deve se tornar uma situação estrutural se, em sua opinião, a diferença no nível do crescimento for ainda maior nos próximos anos:

- De qualquer maneira já vemos um aumento de estudantes de engenharia nas universidades. Mas o tempo para formação de um engenheiro é cinco anos, ou seja, ajustar a formação de mão de obra à demanda é um processo lento.

Tito Costa Santos, diretor da Agência Azul - agência digital localizada no Rio -, afirma que, neste ano, aumentou os salários de sua equipe, em média, em 40%. Embora diga que fez isso para recompensar a equipe e repartir os lucros do negócio, ele conta que a alta é generalizada no setor:

- Tenho um ex-sócio que mora em Miami e ele está impressionado com os salários no Brasil. Ele não consegue contratar outsourcing (contratação de serviços de profissionais remotamente) daqui.

O presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brascom), Antônio Gil, alerta que esta alta de salários afeta a competitividade

do Brasil. Ele afirma que há alguns analistas de sistema que já ganham R\$20 mil mensais.

Diferença afeta competitividade

- E isso faz com que o **Brasil** perca **mercado**, pois, além do alto salário, há os elevados custos trabalhistas. A estrutura tributária faz com que o custo para a empresa seja o dobro do recebido pelo funcionário - disse, embora lembre que o **Governo Federal** começa a avançar com projetos para aliviar estes custos.

O advogado Randolpho de Castro, do escritório Carlos Mafra de Laet, confirma o bom momento da profissão - que, segundo a pesquisa, faz com que consultores jurídicos no **Brasil** ganhem mais que na Itália, um dos berços do direito brasileiro. Ele conta que há casos de profissionais que recebem, em grandes escritórios e empresas, de R\$20 mil a R\$60 mil por mês, incluindo variáveis, algo que não ocorre na Europa. Mas ele lembra que essa é a realidade de uma minoria:

- Está em melhores condições quem opta cedo por qual carreira seguir e quem começa a trabalhar logo, o que não ocorre na maioria dos casos, em que o estudante prefere focar na universidade para tentar um concurso público. Para ter sucesso como advogado ou consultor, é preciso dedicação, boa formação e uma visão diferente da advocacia, lembrar que é uma atividade econômica e tentar trazer recursos para o escritório.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Trabalho não tem estrutura de controle dos convênios com ONGs		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Contas não analisadas no Ministério de Lupi chegam a R\$282 milhões

Jailton de Carvalho

Geralda Doca

BRASÍLIA. A fatura de dinheiro repassado pelo Ministério do Trabalho, de Carlos Lupi (PDT), para organizações não governamentais contrasta com a precária estrutura de controle da boa aplicação dos recursos destinados a programas de qualificação de mecânicos, garçons, marceneiros, entre outros trabalhadores. Levantamento com dados do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) informa que o Ministério acumula R\$282 milhões em prestações de contas de ONGs, fundações e prefeituras não analisadas.

Isso significa que o Ministério liberou o dinheiro, mas não sabe se os serviços foram executados. As pilhas de prestações de contas estão acumulando poeira desde 2004. Entre as contas pendentes estão os processos do Instituto Brasil Voluntário - Bravo, ONG indicada pelo deputado Weverton Rocha (PDT-MA), um dos principais assessores de Lupi à época da assinatura do convênio entre a entidade e o Ministério. A entidade firmou, em dezembro de 2007, um convênio de R\$2.184.870,00 com o pretexto de qualificar jovens para o primeiro emprego. Mas, segundo um fiscal, depois de receber o dinheiro, desapareceu. Esse fiscal relata que a entidade entregou a prestação de contas da primeira parcela (aproximadamente R\$800 mil) e simplesmente sumiu.

Nos documentos apresentados ao Ministério, a Brasil Voluntário informa como endereço um escritório em Timon, no Maranhão, uma das bases eleitorais de Weverton. Em 2008, ano seguinte à assinatura do convênio, dirigentes da entidade teriam ajudado a campanha do ex-deputado Chico Leitoa (PDT) à prefeitura local. Leitoa é um dos principais aliados de Weverton Rocha.

Relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) aponta graves irregularidades no convênio. Entre outras ilegalidades, os fiscais verificaram "indícios de fraude na formulação de planilhas de custos de cursos de qualificação específica" e "pagamentos indevidos a servidores públicos".

Nos papéis relegados a segundo plano estão ainda uma das prestações de contas da Fundação Pro-Cerrado, do empresário Adair Lima, o mesmo que providenciou um avião para Lupi fazer uma viagem ao Maranhão no final de 2009. Em 2007, a ONG fez convênio de R\$2.379.282,62 também para qualificar trabalhadores, mas as contas da entidade não foram analisadas. A ONG já caiu na malha fina da CGU e está sob investigação do Ministério Público do Distrito Federal.

O sistema de controle do bom uso do dinheiro público é ínfimo. Do começo de 2010 até o início do mês passado, o Ministério manteve apenas uma pessoa para analisar contas de todos os convênios. A tarefa é considerada impossível. Só o Projovem, programa destinado a qualificar jovens em início de carreira, consome uma média de R\$400 milhões por ano. Com o recrudescimento das denúncias, o setor foi reforçado. Agora, conta com quatro técnicos. Ao todo, o Ministério dispõe de 16 profissionais para analisar a papelada das ONGs. Técnicos da área dizem que, para fazer um serviço de qualidade razoável, seria necessário, no mínimo, dobrar esse contingente.

Em entrevistas ao GLOBO, "ongueiros", políticos e servidores públicos relatam que o "descontrole" no Ministério é generalizado e facilita desvios e uso político-eleitoral dos cursos de qualificação profissional. Ano passado, o ex-secretário de Políticas de Emprego Ezequiel Nascimento, então um dos três principais auxiliares de Lupi, fez campanha a deputado distrital pelo PDT com a ajuda de dirigentes da Confederação Nacional dos Evangélicos (Conae), ONG que tinha convênio com a pasta. Em fotos de álbuns da campanha, Nascimento aparece ao lado de pessoas ligadas à ONG.

A Conae é também um ponto de conexão entre as entidades financiadas pelo Ministério do Trabalho e o escândalo que resultou na demissão do ex-ministro do Esporte Orlando Silva. Numa das prestações de contas da ONG constam cinco notas fiscais no valor total de R\$670.259 fornecidas pela JG Alimentos e Serviços Gerais, empresa de Miguel Santos Souza. O empresário é acusado de fornecer em Brasília notas fiscais frias para as ONGs do soldado João Dias, pivô da queda de Orlando Silva.

A interface entre ONGs e o **Ministério** do Trabalho cabia a um seleto grupo de, agora, ex-auxiliares de Lupi: Marcelo Panella, ex-chefe de gabinete; Ezequiel Nascimento, ex-secretário; e Weverton, ex-assessor especial. Entre as entidades ligadas a Panella estariam a CCM Cidade Maravilhosa e a ABPA (Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes), no Rio de Janeiro. O ministro não participava das conversas com donos de ONGs. Ele só entrava em cena para selar os compromissos e reforçar a cumplicidade entre o dono do cofre e a entidade beneficiada.

- Antes da assinatura dos convênios ou da liberação de cada parcela, o Lupi ligava (para o beneficiário do contrato) e dizia: "olha, o convênio foi aprovado", "o dinheiro vai ser liberado" etc. - disse um ex-colaborador do ministro.

A farra das ONGs, investigada pela Polícia Federal, pelo **Ministério** Público Federal e duramente criticada pela Comissão de Ética da Presidência, aprofundou o racha do PDT e isolou ainda mais o ministro. O ex-deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos principais herdeiros do ex-governador Leonel Brizola, entende que Lupi perdeu as condições políticas de permanecer no **Ministério** e não apenas

pelos irregularidades denunciadas. Para Vivaldo, o mais grave em tudo isso foi que Lupi mentiu para o Congresso e para a presidente Dilma Rousseff ao negar qualquer vínculo com o ongueiro Adair Meira.

- A questão da mentira pesa. A forma como ele respondeu a todas aquelas questões não é a recomendável. Está claro que o ministro não tem condições de ficar. Um ministro não pode exercer um cargo cercado de dúvidas - disse Vivaldo.

O **Ministério** não fez comentários sobre as ligações de Lupi para dirigentes de ONGs e prefeituras beneficiadas com convênios. Procurado pelo GLOBO, Weverton não quis dar entrevista. Segundo um de seus assessores, o deputado disse não ter vínculo com a ONG **Brasil** Voluntário. Ezequiel Nascimento e Adair Meira não atenderam as ligações do jornal. No telefone do Instituto **Brasil** Voluntário que aparece na internet ninguém atendeu as ligações do jornal na quarta, quinta e sexta-feira.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Haddad fica no <u>Ministério</u> até janeiro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

SÃO PAULO – O ministro Fernando Haddad (Educação) disse ontem que ficará no cargo até janeiro quando, segundo ele, a presidente Dilma Rousseff (PT) fará as mudanças nos Ministérios. “Vou aguardar até o próximo ano, ela (a presidente) pediu que eu permanesse”, confirmou Haddad. “O calendário dela é janeiro, em função de outras mudanças que ela vai fazer”, acrescentou.

O ministro da Educação – que será candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PT, em uma articulação iniciada

pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – participou ontem da primeira reunião do conselho político formado para organizar sua campanha. O grupo tem 24 integrantes, entre eles os que concorriam pela vaga de candidato petista: a senadora Marta Suplicy e os deputados Jilmar Tatto e Carlos Zaratini. Marta, porém, não compareceu à reunião, alegando já ter outros compromissos agendados.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Com IPI menor, Dilma olha para 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As medidas de incentivo à economia – que incluíram a desoneração de consumo, crédito e investimentos anunciadas ontem pelo governo – foram desenhadas para garantir que o crescimento de 2012 fique em, pelo menos, 4,5%.

Segundo técnicos do governo, a expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano que vem já estaria assegurado em 4% graças à queda das taxas de juros, do reajuste de 14% no salário mínimo, do aumento dos limites do SuperSimples e do programa Brasil Maior de apoio à indústria. Juntos, representam injeção de mais de R\$ 40 bilhões na economia em 2012.

Mas a presidente Dilma Rousseff não quer ouvir falar em um patamar inferior a 5% para 2012. Para ela, esta é a fórmula que vai blindar o Brasil contra a crise global. Por isso, os técnicos continuam trabalhando em novos estímulos. A equipe econômica quer que o investimento público volte a crescer e para isso vai manter a meta de superávit primário neutra (ou seja, sem economia adicional para pagamento de juros), em 3% do **PIB**. Em 2011, além de fazer um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento, a equipe aumentou a meta fiscal em R\$ 10 bilhões para conter gastos e não pressionar a inflação.

Pelas projeções da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o investimento público e privado vão se recuperar. A reação, no entanto, está distante do crescimento de 21,8% registrado em

2010. De acordo com a FGV, os investimentos devem crescer 6,7% no próximo ano, ante 4,9% em 2011. Com isso, o volume de recursos desembolsados por empresas e governo em novos projetos deve passar de R\$ 733,1 bilhões neste ano, para R\$ 807,8 bilhões em 2012. Já a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e a indústria de calçados esperam alta de 10%.

Economistas afirmam que cumprir a missão dada por Dilma não será fácil. Segundo o economista-chefe do banco ABC Brasil, Luís Otávio Leal, incentivos como a redução do IPI para geladeiras, fogões, máquinas de lavar e tanquinhos não terão o mesmo efeito que em 2009. Há dois anos havia forte demanda da nova classe média por bens duráveis e, por isso, as vendas desses artigos subiram 22%. “Quem comprou geladeira em 2009 não vai sair comprando outra agora só porque o IPI baixou.”

O economista manteve sua projeção para o crescimento de 2012 em 3,5%, mas disse que, diante das medidas, pode rever para cima o número. Leal também espera pouco impacto na inflação. Ele estima que o IPCA feche 2012 em 5,2%.

O economista do BES Investimento Flávio Serrano também não mudou sua projeção para o crescimento em função do pacote. Ela permanece entre 4% e 4,5%. “Já havíamos calculado nossa projeção imaginando que o governo iria tomar alguma medida”.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Empresários e governo em compasso de espera pelos efeitos da crise		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Manaus - Queda do consumo de bens duráveis e a redução da compra de insumos com o consequente desemprego são os principais problemas que ameaçam o Polo Industrial de Manaus (PIM) se a crise da Zona do Euro provocar uma retração na economia mundial. A avaliação é de economistas, do governo e das lideranças empresariais, em meio ao rebaixamento das notas de risco dos títulos dos países e de projeções do menor crescimento global.

Na semana passada, a Organização para a Cooperação e o **Desenvolvimento** Econômico (OCDE) reduziu as estimativas para a economia global. O organismo prevê que o crescimento será de 3,8% este ano e 3,4% em 2012, contra projeções anteriores de 4,2% e 4,6%, respectivamente.

Para o secretário de Estado de Fazenda, Ispér Abraham, se a crise se espalhar, o governo poderá aplicar medidas semelhantes às adotadas no final de 2008, como a redução da carga tributária e o incentivo ao consumo. Naquele período, o governo do Estado reduziu as alíquotas do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) para vários segmentos da indústria e suspendeu a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de motocicletas. Já o **Governo Federal** baixou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições sociais.

Nosso Distrito não produz bens de primeira necessidade, as pessoas deixam de comprar uma televisão de alta definição quando têm que se preocupar se o emprego será mantido e com o pagamento de outras contas, explicou Abraham.

Fragilidade

Para o professor de Administração Sandro Breval, o País tem conseguido manter o crescimento, mas a crise da Zona do Euro pode fragilizar uma região, que corresponde a

45% das compras globais e provocar um ciclo negativo na economia mundial.

Breval explica ainda, que a China precisa da Europa para consumir seus produtos. Se o a crise se agravar vai afetar a economia chinesa, um **importante mercado** consumidor dos grãos e de minérios **exportados** pelo Brasil.

O professor observa que a redução dos tributos cobrados pelo Estado poderá ocasionar uma redução das receitas. O desequilíbrio das contas públicas adicionada a uma possível necessidade de uso de instrumentos tributários e fiscais para atenuar os efeitos da crise, certamente causaria um impacto negativo nos investimentos (despesas de capital) e aprofundaria, ainda mais a falta de infraestrutura, analisa.

Com o consumo interno elevado, a crise na Zona do Euro não deverá afetar imediatamente as empresas locais, com a manutenção do elevado ritmo de **produção** e do nível do emprego. A avaliação é do presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco.

Para o diretor da Federação do **Comércio**, Bens, Serviços e Turismo do **Amazonas** (Fecomércio/AM), Anderson Frota, o varejo têm apresentado recuperação com a proximidade do fim do ano e o recebimento do 13º salário. Houve uma queda de mais ou menos de 4% das vendas nos meses de junho, julho e agosto, mas o consumidor está demonstrando que quer voltar a consumir. Esperamos que esse final de ano as vendas superem em 6,5% , observou.



VEÍCULO MÍDIA MAX NEWS	EDITORIA	
TÍTULO Dilma orienta Fernando <u>PIM</u>entel a explicar consultorias		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo reagiu à denúncia de que o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, recebeu R\$ 2 milhões em serviços de consultoria entre 2009 e 2010. A presidente Dilma Rousseff recomendou a **PIM**entel que retornasse a Brasília ainda no domingo e se explicasse.

O objetivo do governo é destacar a diferença entre a situação de **PIM**entel e Antônio Palocci, ex-ministro afastado da Casa Civil. As informações são do jornal O Globo.

Segundo o ministro, em entrevista ao jornal, a orientação de Dilma foi de que ele respondesse de forma transparente, objetiva e bastante explícita. O ministro alega que os serviços prestados por ele entre 2009 e 2010 estão dentro da lei.